DIÁRIO SINDSEP MARANHÃO
www.sindsep.org.br Sindsep.MA Sindsep Maranhão
Ano XXII Nº 4814
18 de Março de 2024
Segunda-feira
Filiado à CUT CONDSEF FENASPSEF

Governo se afasta de base no serviço público

O governo federal pode estar perdendo uma das suas bases políticas mais tradicionais: o funcionalismo público. Às declarações feitas pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa, em entrevista à rádio Metrópole, na Bahia, aumentam a tensão entre a categoria e o Executivo brasileiro. Rui disse que o funcionalismo público tem "tendência à inércia" e que precisa de uma "fungada no cangote". Entidades que representam os servidores públicos federais repudiaram a fala.

A relação está tensionada desde o início do ano. Na última reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) — que discutiu o reajuste salarial para os servidores públicos federais —, realizada no dia 28 de fevereiro, nada ficou decidido em relação ao reajuste salarial que a categoria reivindica. O governo rejeitou a contraproposta das entidades e manteve então apenas o reajuste de 9% para 2025 e 2026, fracionados em parcelas de 4,5%.

O Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate), a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) e outras centrais sindicais pedem um reajuste de 34,32% dividido em três parcelas, em 2024, 2025 e 2026. Sem o reajuste, servidores federais já ameaçam greve.

Agora a situação se complica, além do impasse na Mesa Nacional de Negociação Permanente, a fala do chefe da Casa Civil pode agravar um clima já quente. "Quando você não vê aquilo que você queria que acontecesse no prazo correto, no tempo correto, evidentemente que a temperatura sobe um pouquinho e a cobrança vem como qualquer outra. E é bom que seja assim. Digo sempre que quem é prefeito, governador, presidente da República tem que pisar no calcanhar, fungar no cangote para as coisas andarem", disse o ministro.

Repúdio

Em nota de repúdio, o Fonacate afirmou que as declarações do ministro são exemplos "típicos de assédio institucional". O grupo também comparou a fala com governos anteriores, pois segundo o Fórum, a frase "repete ataques sistemáticos" contra funcionários públicos feitos no governo de Jair Bolsonaro (PL), quando o então ministro da Economia, Paulo Guedes, "chamou os servidores de "parasitas'. O grupo cobra retratação do ministro

"A fala revela inépcia do titular da pasta para endereçar questões ligadas ao serviço público brasileiro, justamente no momento em que esses 11,5 milhões de trabalhadores têm sido tão decisivos para que o país retome seu caminho de desenvolvimento econômico e social", declarou a entidade na nota.

O Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado da Bahia (Sinpojud), relembrou o histórico do ministro com o servidor público.

"Historicamente, Rui Costa tem atacado o funcionalismo público, com iniciativas que, envoltas pelo discurso neoliberal da 'modernização', se revelam como práticas de arrocho salarial e retirada de direitos. Seu mandato no governo estadual da Bahia foi marcado pela reforma previdenciária e administrativa, contraditoriamente contrário ao que defendia na Câmara Federal o seu partido político, o PT. É vergonhoso que um ministro de Estado da Bahia, filiado ao PT, tenha uma visão míope, estereotipada e desrespeitosa, que apenas contribui para a desqualificação do serviço público brasileiro", descreveu em nota.

Fala inapropriada

Para o analista político Leandro Gabiatti, a fala do ministro foi inoportuna e será profundamente aproveitada pelas entidades que representam os servidores públicos federais. "É parte do jogo político. A fala será usada para aumentar o atrito entre governo e o servidor público. O atrito deve continuar já que o governo deve esperar até abril para propor outro acordo de reajuste, já que espera o real aumento na arrecadação, avaliação que só deve ocorrer a partir do próximo mês", explica.

Apesar da tensão, para o especialista, o atrito iria acontecer em qualquer governo, seja ele mais próximo do eleitorado do funcionalismo público ou não.

Fonte: Condsef

Saldo do emprego formal dobra em janeiro, com 180 mil vagas

Em janeiro, foram abertos 180.395 postos de trabalho formais, segundo o "novo" Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), divulgado nesta sexta-feira (15) pelo Ministério do Trabalho e Emprego. O saldo entre admissões e demissões é o dobro do registrado em igual mês do ano passado (90.031). No acumulado em 12 meses, foram criados 1.620.758 empregos com carteira.

Com isso, o estoque de empregos formais no país é de 45.697.670. Entre os setores de atividade, o comércio (que inclui reparação de veículos e motos) tem 10,2 milhões, a indústria de transformação reúne 7,9 milhões, a construção soma 2,8 milhões e a agropecuária, 1,8 milhão. Os serviços se dividem em vários segmentos, como saúde humana e serviços sociais (3 milhões), transporte, armazenagem e correio (2,7 milhões), alojamento e alimentação (2,1 milhões) e educação (2 milhões), entre outros.

Setores e salários

Apenas o setor de serviços respondeu por 45% do saldo do mês, com abertura 80.587 vagas. Em seguida, vem a indústria, com 67.029 postos de trabalho a mais. Na sequência, construção civil (49.091) e agropecuária (21.900). Já o comércio fechou 38.212 vagas.

Segundo os dados do MTE, o salário médio de admissão foi R$ 2.118,33, com ganho real (acima da inflação) de 0,82%. Já o salário de quem foi demitido era um pouco maior: R$ 2.142,59. Além disso, no recorte por gênero, a remuneração dos homens admitidos, em janeiro, foi de R$ 2.206,66 e a das mulheres, R$ 1.990 – diferença de quase 11%.

Estoque da Rais cresce

O ministro Luiz Marinho apresentou também os dados de 2022 da Relação Anual de Informações Sociais (Rais). O estoque de vínculos chegou a 52.790.864, mas os dados não são comparáveis com anos anteriores, porque houve mudança de metodologia. O eSocial passou a ser a nova fonte de dados. Dessa forma, do número divulgado hoje, 48.728.871, corresponde à quantidade de vínculos já existente, 2.266.347 representam o crescimento efetivo e 1.795.646 são relativos ao eSocial.

Com isso, aumenta a cobertura disponível. "Trouxemos empresas pequenas que antes não apareciam em nenhum lugar e agora estão na Rais", afirma a subsecretária de Assuntos Estatísticos do MTE, Paula Montagner.

Assim, do total de vínculos, 42.461.519 são celetistas e 8.632.663, estatutários. Há ainda 1.705.662 classificados como aprendizes, temporários, parcial ou intermitentes, entre outras funções. A remuneração média no país soma R$ 3.754,80 no ano.

Fonte: CUT

EXPEDIENTE: Diário SINDSEP/MA é uma publicação diária do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão - SINDSEP/MA
Av. Newton Bello, 524 - Monte Castelo, CEP 65035-430, São Luís - Maranhão. Fone: (98) 2108-0001. E-mail: comunicacao@sindsep.org.br
Presidente: João Carlos Lima Martins *Secretaria de Comunicação:* Joanilde Pires Pereira, Marcos José Costa Ferreira e Maria de Fátima Santos Moraes
Assessor: Ricardo Milán (DRT 785) *Redação:* Nielsen Furtado (DRT 789) *Projeto Gráfico e Diagramação:* Giancarlo Cunha *Redes Sociais*: Rafael Costa